



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção*

HABEAS CORPUS Nº 0008469-02.2014.8.17.0000 (346.749-4)

IMPETRANTES : Waldones Maximino, Manuela Mesquita  
Nonardo e Rosângela Maria da Silva

PACIENTE : Anderson Gomes da Silva

RELATOR : Odilon de Oliveira Neto

CONVOCADO

COMARCA : Recife – 3º Vara do Tribunal do Júri

ORGÃO JULGADOR : 4º CÂMARA CRIMINAL

PROCURADORA : Sueli Gonçalves de Almeida

**HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, §2º, CP). PRESENTES OS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. PERICULOSIDADE DO AGENTE EVIDENCIADA. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA CAUTELAR PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E PARA CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. SUFICIÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA DELITIVA. PRESENÇA DE ELEMENTOS QUE RECOMENDAM A CUSTÓDIA CAUTELAR. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.**

I – A prisão preventiva foi decretada e mantida para a garantia da ordem pública e para a conveniência da instrução criminal, requisitos que concretamente ficaram evidenciados nos autos. De fato, as circunstâncias do próprio delito, o modus operandi, revelam não só a sua gravidade, como também a periculosidade do agente. O crime foi cometido com extrema gravidade, com total desprezo pela vida humana, tendo em vista que a vítima foi atingida com diversos disparos de armas de fogo, isso em plena luz do dia, em uma via pública, o que só revelam a periculosidade do paciente. Outrossim, o paciente responde a outros processos criminais, o que avulta a certeza quanto a sua periculosidade e necessidade de se manter a prisão preventiva ora impugnada.

II – A denúncia deixa claro que o paciente estaria



85

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

intimidando uma testemunha, fato que também justifica a necessidade da prisão por conveniência da instrução criminal.

III - A decisão que decretou pela prisão preventiva justificou a suficiência de indícios quanto à autoria, baseando-se nos depoimentos de testemunhas e auto de reconhecimento fotográfico. Ademais, a dilação probatória não é permitida via Habeas Corpus, sob pena de supressão de jurisdição.

IV - As condições pessoais favoráveis não têm o condão de, por si sós, desconstituir a prisão preventiva, quando há nos autos elementos hábeis, de ordem objetiva ou subjetiva, que autorizam a manutenção da medida extrema, como é a hipótese dos autos. Súmula 86/TJPE e Precedente do STJ. In casu, o paciente, conforme já feito referência, responde a outros processos, não havendo, portanto, que se falar em condições pessoais favoráveis.

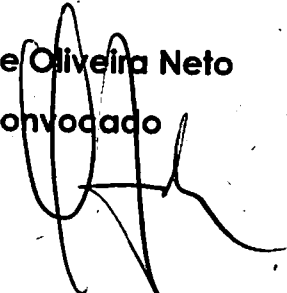
V - Ordem denegada. Decisão unânime.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus** nº 0008469-02.2014.8.17.0000 (346.749-4), no qual figuram como partes as retronominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à **unanimidade de votos, denegar a ordem**, nos termos do parecer ministerial, relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 23/09/2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto  
Relator Convocado





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0008469-02.2014.8.17.0000 (346.749-4)

IMPETRANTES : Waldones Maximino, Manuela Mesquita  
Nonardo e Rosângela Maria da Silva  
PACIENTE : Anderson Gomes da Silva  
RELATOR : Odilon de Oliveira Neto  
CONVOCADO  
COMARCA : Recife – 3ª Vara do Tribunal do Júri  
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL  
PROCURADORA : Sueli Gonçalves de Almeida

RELATÓRIO

Os advogados Waldones Maximino, Manuela Mesquita Nonardo e Rosângela Maria da Silva impetraram o presente Habeas Corpus, com pedido liminar, em favor de **Anderson Gomes da Silva**, qualificado à fl. 02 dos autos, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital - PE.

Sustenta descabimento da prisão preventiva, em síntese, por: a) falta de fundamentação concreta do decreto construtivo; b) ausência dos requisitos do art. 312 do CPP; c) falta de indícios suficientes de autoria delitiva; d) gozo de condições pessoais favoráveis do paciente.

A inicial veio acompanhada dos documentos às fls. 07/11.

O pedido liminar foi indeferido em decisão interlocutória às fls. 25/26.



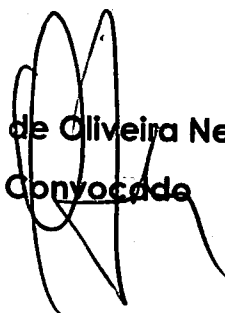
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

A autoridade apontada como coatora prestou informações à fl. 34, que vieram instruídas dos documentos de fls. 35/73.

A Procuradoria Criminal, pela Procuradora de Justiça Sueli Gonçalves de Almeida, ofertou parecer às fls. 77/80, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife 23 de 09 de 2014.

  
**Des. Odilon de Oliveira Neto**  
**Relator Convocado**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0008469-02.2014.8.17.0000 (346.749-4)

IMPETRANTES : Waldones Maximino, Manuela Mesquita  
Nonardo e Rosângela Maria da Silva  
PACIENTE : Anderson Gomes da Silva  
RELATOR : Odilon de Oliveira Neto  
CONVOCADO  
COMARCA : Recife – 3ª Vara do Tribunal do Júri  
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL  
PROCURADORA : Sueli Gonçalves de Almeida

VOTO

Conforme relatado, o presente Habeas Corpus foi impetrado em favor de **Anderson Gomes da Silva**, relativamente ao processo nº 7562-24.2014.8.17.0001, a que responde o paciente na 3ª Vara do Tribunal do Júri de Recife, pela prática do delito previsto no art. 121, §2º, do Código Penal (homicídio qualificado).

A tese defensiva é de descabimento da prisão preventiva, em síntese, por: a) falta de fundamentação concreta do decreto construtivo; b) ausência dos requisitos do art. 312 do CPP; c) falta de indícios suficientes de autoria delitiva; d) gozo de condições pessoais favoráveis do paciente.

Examino:

Inicialmente observo que não merece ser acolhido o pleito defensivo de descabimento da prisão preventiva por falta de fundamentação concreta do decreto construtivo e nem por ausência dos requisitos do art. 312 do CPP



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

O referido dispositivo da Lei Adjetiva Penal estabelece:

*"Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria."*

No presente caso, a referida prisão preventiva foi decretada e mantida, para a garantia da ordem pública e para a conveniência da instrução criminal, requisitos que concretamente ficaram delineados no decreto, sob análise, e evidenciados nos autos.

De fato, as circunstâncias do próprio delito, o *modus operandi*, revelam não só a sua gravidade, como também a periculosidade do agente, autorizando a decretação da custódia preventiva do paciente.

Consta dos autos que o crime foi cometido com extrema gravidade, com total desprezo pela vida humana, tendo em vista que a vítima foi atingida com diversos disparos de armas de fogo, isso em plena luz do dia, em uma via pública, o que só revelam a periculosidade do paciente, justificando a manutenção da sua custódia cautelar para garantia da ordem pública.

Outrossim, observo que o paciente responde a outros processos criminais, o que avulta a certeza quanto a sua periculosidade e necessidade de se manter a prisão preventiva ora impugnada.

Ressalto também que a denúncia deixa claro que o paciente estaria intimidando a testemunha Daísa Rodrigues dos Santos,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

fato que também justifica a necessidade da prisão por conveniência da instrução criminal.

Assim, a constrição preventiva do paciente está devidamente motivada.

Também não deve ser acolhida a justificativa de falta de indícios suficientes que demonstrem a autoria delitiva.

Ora, a decisão que decretou pela prisão preventiva, à fl. 44, justificou a suficiência de indícios quanto à autoria, baseando-se nos depoimentos de testemunhas e auto de reconhecimento fotográfico.

Ademais, sob pena de supressão de jurisdição, o pedido de dilação probatória não é permitido via Habeas Corpus, tendo em vista que seria necessária uma análise aprofundada do conjunto probatório, o que deve ser reservado ao juízo a quo.

Por fim, de igual modo não deve ser acolhido o pedido de descabimento da prisão preventiva, arguindo condições pessoais favoráveis do paciente.

Sabe-se que as supostas condições pessoais favoráveis, ora referidas, não têm o condão de, por si sós, garantirem ao paciente a revogação da medida constritiva se há, nos autos, elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar. Aliás, a construção jurisprudencial não discrepa de tal entendimento. Vejamos:

**STJ: "Condições pessoais favoráveis do agente não inviabilizam a prisão preventiva, se a manutenção da custódia encontra respaldo em outros elementos dos autos. Recurso parcialmente**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

**conhecido e desprovido.**" (RHC 20.092/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 26.09.2006, DJ 23.10.2006 p. 328)

Nessa esteira, esta Corte de Justiça, já consolidou entendimento no sentido que: "**Súmula 86/TJPE** – As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva".

Acontece que, no presente caso, conforme já feito referência, o agente responde a outros processos, não havendo, portanto, que se falar em condições pessoais favoráveis, como alega a defesa.

Isso posto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

Recife 23 de 09 de 2014

Des. Odilon de Oliveira Neto  
Relator Convocado